



PARTE D

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE ALMADA

Anúncio n.º 7348/2008

**Processo n.º 1054/07.4BELSB
Acção Administrativa Especial**

Autor: Ana Margarida Amador Ferreira
Réu: Instituto de Segurança Social, IP.

Faz-se saber, que nos autos de acção administrativa especial, registados sob o número 1054/07.4BELSB, que se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, em que é Autor: Ana Margarida Amador Ferreira, e Demandado: Instituto de Segurança Social, I.P.; são Contra-Interessados os candidatos ao concurso interno geral para provimento de 95 lugares na categoria de assistente administrativo, da carreira administrativa, no quadro de pessoal de Centro Nacional de Pensões, aberto através do aviso n.º 7811/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 29 de Julho de 2004, citados, para no prazo de 15 dias se constituírem, querendo, como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do artigo 82.º, n.º 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), cujo objecto do pedido é: “seja anulado do acto administrativo fundado no despacho de 20 de Agosto de 2006 do Vogal do Conselho Directivo responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos, proferido no âmbito de competência delegada do Conselho Directivo do ISS, IP, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160, de 20 de Agosto de 2006, que procedeu à nomeação da Autora no concurso interno geral de ingresso para provimento de 95 lugares vagos na categoria de assistente administrativa, no quadro de pessoal do Centro Nacional de Pensões, aberto através do aviso n.º 7811/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 29 de Julho de 2004.

E que seja tal acto substituído por outro que nomeie a Autora com a categoria de assistente administrativa, da carreira administrativa, no quadro de pessoal do Centro Nacional de Pensões”.

Uma vez expirado o prazo para se constituírem como contra-interessados, e de acordo com o artigo 82.º n.º 4 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, consideram-se citados para contestar, no prazo de 30 dias, a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria deste Tribunal, com a advertência de que a falta de contestação, ou a falta nela de impugnação especificada, não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação, devem deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e devem juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõem fazer.

Mais ficam notificados, de que é obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1 do CPTA.

Os prazos acima indicados são contínuos e terminando em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10 de Setembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Paulo Filipe Ferreira Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *José Garrido*.

Anúncio n.º 7349/2008

Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos — Processo n.º 770/08.8BEALM

Intervenientes:

Autor: Maria Teresa Amarante Almeida;
Réu: Município de Almada

Faz-se saber que, nos autos de Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos, registados sob o n.º 770/08.8BEALM, que se encontram pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, em que é Autora Maria Teresa Amarante Almeida e Réu o Município de Almada, são os concorrentes do “Concurso público para a Atribuição de Licenças em Táxis para Transporte de pessoas com Mobilidade Reduzida”, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 90, de 09 de Maio de 2008, citados para querendo e no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 82.º n.º 1 e 2, do Código de Processo nos Tribu-

nais Administrativos (CPTA), se constituírem como Contra-Interessados no processo acima indicado, cujo pedido consiste:

“1) Na anulação do acto de exclusão da Autora, notificada a 01 de Agosto de 2008;

2) Na condenação do Réu à prática de acto administrativo que admita a candidatura da Autora.”

Uma vez expirado o prazo para se constituírem como Contra-Interessados, consideram-se citados para contestar, no prazo de 30 dias, a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na Secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo Autor, mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação devem deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.

É obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º n.º 1 do CPTA.

O prazo acima indicado é contínuo e, terminando em dia que os Tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

14 de Outubro de 2008. — O Juiz de Direito, *Benjamim Magalhães Barbosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Branco*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCANENA

Anúncio n.º 7350/2008

**Processo: 310/07.6TBACN-G
Prestação de contas administrador (CIRE)**

Insolvente: Têxteis Menrolif, L.^{da} e outro(s).

A Dr(a). Cristiana Martins, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Têxteis Menrolif, L.^{da}, número de identificação fiscal 503800074, Endereço: Av. de S. Sebastião, n.º 118, Minde, 2395-000 Minde, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência Luís Miguel Duque Carreira (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

5 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Cristiana Martins*. — O Oficial de Justiça, *Helena Maria Duarte S. Alegre*.

300969217

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio (extracto) n.º 7351/2008

**Processo n.º 3510/08.8TBCL — Insolvência
de pessoa colectiva (requerida)**

Requerente: Fátima Maria Rodrigues Rocha e outro(s).
Insolvente: EUROTINGE — Tinturaria Têxtil, Lda.

Publicidade de sentença e citação de credores
e outros interessados

No Tribunal Judicial de Barcelos, 1.º Juízo Cível de Barcelos, no dia 10-11-2008, às 15,50 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

EUROTINGE — Tinturaria Têxtil, Lda., NIF 504316796, Endereço: Lugar da Cachada, Apartado 503, Zona Industrial, Barcelos, 4754-909 Tamel S. Veríssimo, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Paulo Jorge Ventura Pacheco Rodrigues, nacional de Portugal, NIF 160157706, BI 4133878, Endereço: Lugar da Cachada, Apartado 503, Zona Industrial, Barcelos, 4754-909 Tamel S. Veríssimo.

José Maria Pacheco Rodrigues, Endereço: Lugar da Cachada, Apartado 503, Zona Industrial, Barcelos, 4754-909 Tamel S. Veríssimo, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio:

José Barros Oliveira, Endereço: Av. Rocha Gonçalves 3, 4740-207 Esposende.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 19-01-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na

sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

18 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Sofia Teixeira de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *António Paulo Rodrigues Lacerda*.
300995145

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 7352/2008

Insolvência n.º 6305/08.5TBBRG

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 2.º Juízo Cível de Braga, no dia 31-10-2008, às 14h38m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Eidomart — Comércio de Materiais de Construção, Lda, NIF — 507126440, Endereço: Lugar do Eido, Esporões, 4705-000 Braga

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Joaquim Antonio da Silva Correia Ribeiro, Endereço: R. do Rosmaninho- 35 — 1 — 12.º, Pedrouços, 4470-000 Maia

São administradores do devedor:

Americo Rodrigues de Oliveira, Endereço: Lugar do Eido, Esporões, 4700-000 Braga

Maria de Fatima Faria de Carvalho, Endereço: Lugar do Eido, Esporões, 4700-000 Braga

a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

11 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Oficial de Justiça, *João Pereira*.

300969117

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 7353/2008

Processo: 6848/08.0TBBRG Insolvência de pessoa colectiva (Apresentação)

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 3.º Juízo Cível de Braga, no dia 13-11-2008, às 09:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Serralharia Francisco Pimenta, Ld.ª, NIF 505562561, com sede no Parque Industrial de Sete Fontes, Pav. 26, 28 e 30, S. Victor, 4710-349 Braga.